

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

265 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 22 a 27 de fevereiro de 2026

1. VISITA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS A BRUXELAS	1
2. SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO PE - UCRÂNIA	5
Comissão Europeia	5
Conselho da Europa	5
3. EMPRÉSTIMO À UCRÂNIA - DESENVOLVIMENTOS	6
Custos de reconstrução da Ucrânia	6
4. ALARGAMENTO - ISLÂNDIA	7
5. QFP 2028-34 - PARECERES DO TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU	7
6. PACTO PARA O MEDITERRÂNEO	8
7. INICIATIVA DE CIDADANIA EUROPEIA - MY VOICE, MY CHOICE	8
8. REUNIÕES DO CONSELHO	9
9. AGENDA	9
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da UE	9

1. VISITA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS A BRUXELAS

Entre 22 e 24 de fevereiro de 2026, a **Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República realizou uma visita de trabalho às instituições da União Europeia**, em Bruxelas, tratando-se da primeira visita de sempre da CAE a Bruxelas. A delegação integrou a *Presidente da Comissão, Edite Estrela (PS)*, os *Vice-Presidentes Ricardo Carvalho (PSD) e José Dias Fernandes (CH)*, bem como os *Deputados Paulo Moniz (PSD), Adriana Rodrigues (PSD), Pedro Correia (CH), Patrícia Nascimento (CH), Eduardo Pinheiro (PS), António Mendonça Mendes (PS), Jorge Miguel Teixeira (IL) e Filipa Pinto (L)*.

A visita ocorreu num momento decisivo do ciclo europeu, marcado pelas negociações do Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034 (QFP), pelas alterações profundas na política internacional e no contexto geopolítico europeu, bem como nos desenvolvimentos em matéria de política comercial comum e da consolidação da União da Poupança e dos Investimentos. Detalhamos, em seguida, os vários momentos do programa.

1. Jantar de trabalho informal com o Presidente do Conselho Europeu

A visita iniciou-se com um jantar informal com o Presidente do Conselho Europeu, António Costa. Após palavras introdutórias da Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Edite Estrela, o Presidente do Conselho Europeu apresentou uma reflexão sobre:

- o contexto geopolítico europeu, designadamente a guerra na Ucrânia e os seus impactos duradouros;
- os desafios associados à competitividade, à autonomia estratégica e à coesão interna da União.

No mesmo enquadramento, fez referência à Agenda Estratégica do Conselho 2024-29, sublinhando que, face à evolução do panorama mundial e à crescente instabilidade, esta deverá tornar a Europa mais soberana e mais bem preparada para enfrentar desafios imediatos e futuros, estruturando-se em torno de três pilares: uma Europa livre e democrática; uma Europa forte e segura; uma Europa próspera e competitiva.



Seguiu-se uma ronda de intervenções de um Deputado por cada Grupo Parlamentar presente, incidindo sobre a evolução do alargamento, as implicações orçamentais das novas prioridades estratégicas e o equilíbrio entre disciplina financeira e investimento em áreas críticas como defesa, competitividade e coesão.

2. Reunião na Representação Permanente de Portugal junto da UE (REPER)

A delegação reuniu-se, na manhã de 23 de fevereiro, com o Embaixador Pedro Costa Pereira, Representante Permanente de Portugal junto da União Europeia. A reunião incidiu sobre:

- o ponto de situação das negociações do QFP 2028-2034, incluindo as principais linhas de clivagem entre Estados-Membros e as prioridades nacionais;
- a Política de Segurança e Defesa, num contexto de reforço das capacidades europeias e de articulação com a NATO;

- o alargamento, designadamente a evolução dos processos relativos à Ucrânia e aos Balcãs Ocidentais;
- as Regiões Ultraperiféricas, com enfoque na salvaguarda das suas especificidades no próximo quadro financeiro;
- questões de comércio, no atual contexto de reconfiguração das cadeias globais de valor.



A reunião permitiu um enquadramento técnico das negociações em curso no Conselho, bem como das prioridades nacionais no atual ciclo europeu.

3. Maroš Šefčovič – Comércio e Segurança Económica; Relações Interinstitucionais e Transparência

Ainda na manhã de dia 23, teve lugar este encontro que incidiu predominantemente sobre a política comercial comum, apresentada como competência exclusiva da União e instrumento central da sua ação externa, num contexto em que a UE representa 16,3 % do comércio mundial e sustenta mais de 30 milhões de empregos ligados às exportações .

Acordo UE–EUA

Foi abordado o acordo político anunciado em julho de 2025 entre a União Europeia e os Estados Unidos, que fixa um teto tarifário máximo de 15 % para a maioria das exportações europeias, incluindo setores estratégicos como automóveis, produtos farmacêuticos e semicondutores . O comércio bilateral ultrapassou €1,6 biliões em 2024, com mais de €4,2 mil milhões em trocas diárias.

Foi sublinhado que o acordo visa restaurar previsibilidade nas relações transatlânticas, evitar escaladas tarifárias e reforçar a cooperação em domínios como aço e alumínio, cadeias de abastecimento críticas, energia, tecnologia e defesa. A implementação legislativa encontra-se em apreciação no Parlamento Europeu.



Acordo UE–Mercosul

Relativamente ao Mercosul, foi salientada a assinatura do Acordo de Parceria e do Acordo Comercial Intercalar, criando uma das maiores zonas de comércio livre do mundo (700 milhões de consumidores), destacando:

- o impacto económico estimado (aumento potencial de 39 % das exportações da UE para o Mercosul) ;
- os mecanismos de salvaguarda para setores sensíveis;
- a proteção de indicações geográficas;
- e o debate jurídico em curso no Parlamento Europeu quanto à conformidade do acordo com os Tratados, incluindo o pedido de parecer ao Tribunal de Justiça.

O Comissário deu ainda nota de que o processo de ratificação segue o seu curso nos quatro Estados-Membros do Mercosul e que a Comissão tomará oportunamente a sua decisão relativamente à proposta de entrada em vigor provisória da parte comercial do acordo.

4. Maria Luís Albuquerque – União da Poupança e dos Investimentos

A reunião com a Comissão centrou-se na União da Poupança e dos Investimentos (UPI), apresentada como estratégia de integração financeira destinada a mobilizar poupanças privadas para investimento produtivo, num contexto em que a UE enfrenta uma necessidade estrutural adicional de investimento estimada entre €750 e €800 mil milhões por ano. Foi sublinhado que a UPI não constitui um instrumento orçamental, mas uma estratégia estruturada em quatro eixos:

1. *Mobilização da poupança das famílias, incluindo contas de poupança e investimento (SIAs), reforço da literacia financeira e revisão do quadro das pensões complementares ;*
2. *Diversificação das fontes de financiamento empresarial, com revisão do regime de securitização e estímulo ao capital próprio ;*
3. *Integração e escala dos mercados de capitais, reduzindo fragmentações transfronteiriças;*
4. *Reforço da supervisão europeia, com eventual atribuição de poderes acrescidos à ESMA.*



5. Stéphanie Riso – Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034

A reunião com a Diretora-Geral para os Orçamentos incidiu sobre a proposta da Comissão para o QFP 2028-2034, no montante global de €1,763 mil milhões (1,26 % do RNB da UE), incluindo €149,3 mil milhões para o reembolso do NextGenerationEU. Foi detalhada a profunda reorganização da arquitetura orçamental: passagem de 7 para 4 rubricas; redução de 52 para 16 programas; criação de um modelo centrado em Planos Nacionais e Regionais de Parceria (NRPPs) no valor de €771,3 mil milhões .

Foram igualmente abordados os cinco novos recursos próprios propostos (CELE, MACF, taxa sobre resíduos eletrónicos, imposto especial sobre o tabaco e contribuição das grandes empresas), com potencial estimado de €58,5 mil milhões anuais.

A discussão evidenciou a transição para um modelo mais integrado, flexível e orientado para resultados, com implicações relevantes para previsibilidade financeira e governação multinível.

6. Sessão Plenária do Parlamento Europeu – Ucrânia

A delegação assistiu, a partir da galeria diplomática, à sessão plenária extraordinária do Parlamento Europeu dedicada aos “*Quatro anos da guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia*”. Este momento conferiu particular densidade política à visita, enquadrando as restantes reuniões na realidade geoestratégica atual, tendo a delegação assistido à votação da resolução aprovada pelo PE nesta ocasião.

7. Almoço de trabalho com Deputados portugueses ao Parlamento Europeu

O programa culminou com um almoço de trabalho com 16 Deputados portugueses ao Parlamento Europeu, representando diversas famílias políticas europeias. Os temas centrais incluíram:

- *o ponto de situação das negociações do QFP 2028-2034;*
- *os desafios em matéria de segurança e defesa;*
- *o alargamento;*
- *a defesa das Regiões Ultraperiféricas;*
- *a coordenação entre Deputados nacionais e europeus na fase decisória do processo legislativo.*



A reunião permitiu reforçar a articulação interparlamentar, essencial para a defesa eficaz dos interesses nacionais no contexto europeu, seguindo-se aos dois encontros promovidos pelo Senhor Presidente da Assembleia da República e os Deputados portugueses eleitos ao PE, em julho de 2024 (em Lisboa) e em novembro de 2025 (em Bruxelas).

Em conclusão, esta visita da CAE a Bruxelas constituiu um momento estruturante de diálogo institucional e de acompanhamento parlamentar dos principais desenvolvimentos em matéria de política europeia, reforçando a capacidade de intervenção da Assembleia da República no quadro europeu.



2. SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO PE - UCRÂNIA

Quatro anos após a invasão russa, o Presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky, dirigiu-se ao Parlamento Europeu numa sessão plenária extraordinária marcada por um forte simbolismo político (detalhe [aqui](#)). Na abertura, a Presidente Roberta Metsola afirmou que «*quatro anos depois, o Parlamento Europeu não desiludiu a Ucrânia*», sublinhando que «*a segurança da Ucrânia é a segurança da Europa, a liberdade da Ucrânia é a liberdade da Europa e o futuro da Ucrânia está na Europa*». Na sua intervenção por vídeo a partir de Kiev (vídeo integral [aqui](#)), Zelensky agradeceu o apoio continuado dos europeus — «*sentimos verdadeiramente que muitos europeus na Ucrânia se preocupam com o que acontecerá à Ucrânia*» — reiterando que «*nunca escolhemos esta guerra*» e denunciando a ameaça representada pela «*ditadura mentalmente instável*» de Vladimir Putin. Defendeu garantias de segurança «*plenamente credíveis*», a execução do empréstimo de 90 mil milhões de euros da UE e a definição de uma data clara para a adesão à União, advertindo que, sem esse horizonte, «*Putin encontrará uma forma de bloquear a Ucrânia durante décadas, dividindo-a, dividindo a Europa*». Apelou ainda ao reforço das sanções, ao fim da dependência energética europeia da Rússia e à manutenção da unidade transatlântica.

Na **resolução** aprovada por larga maioria (437 votos a favor, texto disponível [aqui](#)), o Parlamento Europeu condenou a «*guerra de agressão ilegal, não provocada e injustificada*» da Rússia, qualificando-a como «*violação flagrante do direito internacional e da Carta das Nações Unidas*», e declarou a Rússia, os seus dirigentes e o regime bielorrusso plenamente responsáveis pelo conflito. O texto reafirma que o futuro da Ucrânia «*reside na União Europeia*», defende a aceleração da integração no mercado único e exige «*garantias de segurança sólidas e credíveis*», comparáveis ao artigo 5.º da NATO e ao artigo 42.º, n.º 7, do TUE, insistindo que nenhuma decisão sobre a Ucrânia ou a Europa deve ser tomada sem a participação da própria Ucrânia ou da Europa. O Parlamento manifesta preocupação com abordagens que privilegiem acordos de curto prazo em detrimento de uma paz «*abrangente, justa e duradoura*», apela ao reforço e alargamento das sanções — incluindo um afastamento energético mais profundo, o desmantelamento permanente dos gasodutos Nord Stream e medidas adicionais contra bancos e entidades russas — e condena firmemente a deportação de crianças ucranianas, apoiando os esforços internacionais para o seu regresso.

Comissão Europeia

Importa dar nota de que, nesta ocasião, a Comissão Europeia admite que a adesão da Ucrânia à União Europeia possa seguir um modelo distinto do aplicado aos restantes países candidatos, reconhecendo o carácter excecional da situação. O Comissário para a Economia, Valdis Dombrovskis, afirmou que Bruxelas procura «*ultrapassar o quadro deste processo por capítulos, pois pode levar muitos anos*», sublinhando que «*a adesão à UE constitui uma âncora e um parâmetro essenciais para o processo de paz*» e que tal poderá exigir «*uma abordagem não convencional por parte da União Europeia*». Do mesmo modo, a Comissária para o Alargamento, Marta Kos, qualificou a Ucrânia como «*um caso particular*», pois a atual metodologia de alargamento «*foi concebida para tempos de paz, e não para tempos de guerra*», razão pela qual «*a Ucrânia e a Europa não têm esse tempo*». Reconhecendo que o país faz reformas «*enquanto bombas caem*», Kos defendeu que é preciso «*encontrar uma solução*» para acelerar o processo, admitindo, porém, que tal exigirá convencer os 27 Estados-Membros, no momento em que «*a perceção do perigo que a Rússia representa é muito diferente*» entre eles.

Conselho da Europa

O Conselho da Europa anunciou a abertura de uma nova categoria de pedidos no âmbito do Registo de Danos para a Ucrânia, destinada às pessoas que foram obrigadas a refugiar-se no estrangeiro devido à guerra de agressão lançada pela Rússia em 24 de fevereiro de 2022, bem como àquelas que continuam impedidas de regressar ao país pelas mesmas razões. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, mais de 6,8 milhões de ucranianos permanecem deslocados fora do seu território. Criado em 2023 na sequência da Cimeira

de Reykjavík, o Registo (disponível [aqui](#)) já inclui quinze categorias de prejuízos — desde destruição de bens e perda de habitação até lesões corporais, mortes, desaparecimentos e violência sexual relacionada com o conflito — podendo os requerentes apresentar múltiplos pedidos por danos distintos. A nova categoria, por ora acessível apenas a refugiados ucranianos, será posteriormente alargada a outras nacionalidades. O Registo constitui a primeira etapa de um mecanismo internacional de indemnização supervisionado pelo Conselho da Europa; em dezembro de 2025, 35 Estados e a União Europeia assinaram a Convenção que cria uma Comissão Internacional de Reclamações para a Ucrânia, responsável por verificar a admissibilidade dos pedidos e fixar o montante das reparações, antes da criação de um fundo de compensação.

3. EMPRÉSTIMO À UCRÂNIA - DESENVOLVIMENTOS

Recorde-se que o PE aprovou, em processo de urgência, **três atos legislativos que permitem a concessão de um empréstimo da União Europeia no montante de 90 mil milhões de euros à Ucrânia para 2026 e 2027** (detalhe [aqui](#)), conforme acordado no Conselho Europeu de 18 de dezembro de 2025 e proposto pela Comissão em 14 de janeiro de 2026 ([aqui](#)). Dado que Chéquia, Hungria e Eslováquia não participaram, o pacote foi adotado por [cooperação reforçada](#), sendo necessária a adoção formal pelo Conselho para permitir o primeiro desembolso.

Esta semana, e apesar do acordado, a Hungria bloqueou a ativação desse empréstimo. A objeção foi levantada pelo embaixador húngaro junto da UE relativamente ao recurso ao chamado “*headroom*” do orçamento europeu para emitir dívida garantida pelo orçamento da União, mecanismo que requer unanimidade dos 27 Estados-Membros. Embora Hungria, Eslováquia e República Checa tenham aceite o empréstimo sob a condição de não assumirem encargos com juros ou reembolsos, é ainda necessária uma decisão formal unânime do Conselho para permitir à Comissão Europeia proceder à emissão. Recorde-se que a decisão surge num contexto político interno sensível na Hungria, a poucas semanas de eleições legislativas em abril, nas quais as sondagens indicam uma vantagem da oposição face ao partido Fidesz do Primeiro-Ministro Viktor Orbán.

Na mesma ocasião, a adoção do vigésimo pacote de sanções da União Europeia contra a Rússia foi bloqueada pela Hungria e pela Eslováquia, impedindo um acordo antes do quarto aniversário da invasão da Ucrânia. O Ministro dos Negócios Estrangeiros húngaro, Péter Szijjártó, declarou que «*enquanto a Ucrânia não retomar os transportes de petróleo para a Hungria, não estamos dispostos a contribuir para qualquer decisão tomada em Bruxelas que seja favorável aos ucranianos*», acrescentando que «*não haverá vigésimo pacote de sanções enquanto continuarem a prejudicar o nosso abastecimento energético*». Budapeste e Bratislava consideram que a retoma do trânsito através do oleoduto Druzhba depende exclusivamente de uma decisão ucraniana, acusando Kiev de exercer «*chantagem política*».

O Presidente do Conselho Europeu, António Costa, instou a Hungria a respeitar a decisão comum adotada em 18 de dezembro e a desbloquear a implementação do empréstimo europeu de 90 mil milhões de euros à Ucrânia, afirmando: «*Exorto-o vivamente a agir em conformidade com a nossa decisão comum (...) e a desbloquear a implementação do empréstimo de apoio à Ucrânia*». Em resposta à intenção do Primeiro-Ministro húngaro, Viktor Orbán, de manter o veto enquanto Kiev não restabelecer o trânsito de petróleo através do oleoduto Druzhba, Costa sublinhou que «*uma decisão tomada pelo Conselho Europeu deve ser respeitada*» e que, «*quando os dirigentes chegam a um consenso, ficam vinculados por essa decisão*». Acrescentou ainda que «*qualquer incumprimento desse compromisso constitui uma violação do princípio da cooperação leal*», indicando que abordaria diretamente a questão com o Presidente Zelensky.

Custos de reconstrução da Ucrânia

Por outro lado, importa dar nota de que uma avaliação conjunta atualizada dos danos e necessidades (RDNA5), publicada em 23 de fevereiro pelo Governo da Ucrânia, pelo Grupo Banco Mundial, pela Comissão Europeia e

pelas Nações Unidas, estima que, **até 31 de dezembro de 2025 e após 46 meses de guerra, o custo total da reconstrução e recuperação da Ucrânia ascende a cerca de 588 mil milhões de dólares** (mais de 500 mil milhões de euros) para a próxima década — valor equivalente a quase três vezes o PIB nominal estimado do país para 2025 e que representa um aumento de cerca de 70 mil milhões de euros face ao ano anterior. Segundo o relatório, as maiores necessidades concentram-se nos transportes (82 mil milhões de euros), energia (77 mil milhões), habitação (77 mil milhões), comércio e indústria (54 mil milhões) e agricultura (47 mil milhões), sendo ainda estimados 24 mil milhões de euros para desminagem e gestão de riscos de explosivos; até à data, cerca de 17 mil milhões de euros já terão sido mobilizados para reparações urgentes e ações de recuperação rápida. O documento (disponível [aqui](#)) assinala igualmente que, em 2025, os danos nas infraestruturas energéticas aumentaram 21% e as necessidades no setor dos transportes cerca de 24%, tendo 14% do parque habitacional sido danificado ou destruído, afetando mais de três milhões de agregados.

4. ALARGAMENTO - ISLÂNDIA

Por ocasião de uma visita oficial à Polónia, a **Primeira-Ministra da Islândia, Kristrún Frostadóttir, anunciou que a Islândia realizará, «nos próximos meses», um referendo sobre a abertura de negociações de adesão à União Europeia**. Sublinhou que o objetivo é «*abrir uma oportunidade*» e aprofundar a integração com a UE, assegurando simultaneamente «o respeito pela identidade islandesa na Europa», incluindo a consideração da sua especificidade ártica e do seu «*modo de vida*» e utilização de recursos. O parlamento islandês deverá anunciar nas próximas semanas a data da consulta e, caso o resultado seja favorável, a Islândia poderá posicionar-se como um dos candidatos mais avançados no processo de adesão.

A Comissária para o Alargamento, Marta Kos, afirmou que a discussão passou a centrar-se crescentemente em «*segurança, pertença e preservação da nossa capacidade de agir num mundo de esferas de influência concorrentes*», sublinhando que tal «*diz respeito a todos os europeus*». A Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, destacou, por seu turno, que a parceria com a Islândia «*oferece estabilidade e previsibilidade num mundo volátil*».

5. QFP 2028-34 - PARECERES DO TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU

No âmbito da proposta da Comissão para o Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034, o Tribunal de Contas Europeu (TCE) publicou dois pareceres sobre o novo Fundo Europeu, que representará aproximadamente 44% da despesa total. Este Fundo agregará políticas como coesão, agricultura, pescas, prosperidade e segurança num único instrumento baseado em planos nacionais, substituindo o atual modelo de reembolso de custos por um sistema de pagamentos condicionados ao cumprimento de marcos e metas. O TCE alerta que esta alteração constitui uma mudança estrutural na governação financeira da União e identifica riscos significativos para a boa gestão financeira. Entre as principais observações dos auditores destacam-se:

- A integração de políticas com objetivos e calendários distintos pode gerar maior complexidade e exigir compromissos entre prioridades europeias e necessidades nacionais/regionais.
- A simplificação anunciada poderá beneficiar sobretudo a Comissão, mantendo-se encargos administrativos relevantes para Estados-Membros e beneficiários.
- O modelo baseado em marcos e metas exige definições extremamente precisas e estimativas de custos robustas; diferenças de ambição entre Estados-Membros podem comprometer comparabilidade e igualdade de tratamento.

- A proposta reduz o papel direto da Comissão nos controlos e depende mais dos sistemas nacionais, onde o TCE tem identificado fragilidades recorrentes, devendo prever-se exigências claras de auditoria e consequências financeiras explícitas em caso de incumprimento.

No que respeita ao novo quadro de medição da performance, o Tribunal considera que, embora possa melhorar a coerência da informação e a integração de prioridades horizontais, subsistem lacunas relevantes:

- Um quarto das áreas de intervenção não dispõe de indicadores de resultado e não existem indicadores de impacto.
- Existe o risco de medir sobretudo o progresso administrativo, e não a concretização efetiva dos objetivos estratégicos da União.
- Não há ligação clara entre financiamento e resultados, nem regras suficientemente detalhadas para recolha de dados sobre despesa pública associada.
- As contribuições para prioridades transversais (como o ambiente) baseiam-se em estimativas e não em despesa real, podendo conduzir a sobrestimações.
- Falta um quadro claro de supervisão e responsabilização que assegure a fiabilidade da informação reportada.

O TCE conclui que o debate legislativo deverá clarificar a governação, os mecanismos de controlo e as condições de um acompanhamento fiável da performance, de modo a salvaguardar a boa gestão dos fundos públicos europeus. Hiperligações:

– [Parecer sobre o Fundo Europeu](#)

– [Parecer sobre o acompanhamento da despesa e medição da performance](#)

6. PACTO PARA O MEDITERRÂNEO

A Comissária europeia para a Mediterrâneo, Dubravka Šuica, anunciou que o plano de ação do «Pacto para o Mediterrâneo» será apresentado até final de março ou início de abril, estando atualmente em fase final de preparação. Trata-se, segundo a própria, de «*um documento vivo*», cujas iniciativas serão progressivamente acrescentadas, sendo que «*o verdadeiro sucesso do Pacto será medido pelos resultados concretos para os nossos cidadãos e as nossas economias*», com a ambição de produzir efeitos tangíveis «*já este ano*». O primeiro conjunto de prioridades será apresentado na primavera e debatido pelos líderes em abril, na cimeira informal em Chipre. Questionada sobre a futura estratégia conjunta da Comissão e da Alta Representante para o Médio Oriente, prevista para o segundo trimestre, Šuica indicou que existe um primeiro projeto, mas reconheceu que «*não estamos prontos para publicar a estratégia*», dada a complexidade da situação no terreno.

7. INICIATIVA DE CIDADANIA EUROPEIA - MY VOICE, MY CHOICE

A Comissão Europeia adotou uma comunicação em resposta à Iniciativa de Cidadania Europeia “*My Voice, My Choice: For Safe and Accessible Abortion*” (detalhe [aqui](#)), apoiada por mais de 1,1 milhão de cidadãos, reconhecendo que o objetivo da iniciativa pode ser prosseguido com os instrumentos existentes, sem necessidade de apresentar nova proposta legislativa. A Comissão recorda que, nos termos do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, a legalização e regulamentação do aborto são da competência exclusiva dos Estados-Membros, cabendo à UE apenas uma competência de apoio. Nesse enquadramento, sublinha que o Fundo Social Europeu Mais (FSE+) pode já ser mobilizado para melhorar o acesso a serviços de saúde «*legalmente disponíveis, acessíveis e seguros*», desde que as medidas financiadas permaneçam «*plenamente neutras*» quanto à residência ou nacionalidade das pacientes e respeitem as legislações nacionais. A

comunicação reafirma ainda o objetivo de assegurar «*um nível elevado de proteção da saúde humana*» na União (comunicação [aqui](#)). Na véspera da adoção da comunicação, os Chefes de Governo da Dinamarca, Estónia, Eslovénia, Espanha e Suécia enviaram uma carta ([aqui](#)) à Presidente da Comissão defendendo que o acesso a um aborto «seguro e legal» constitui «um elemento essencial dos cuidados de saúde e uma pedra angular dos direitos humanos», sublinhando que a iniciativa não interfere nas competências nacionais e solicitando clarificação sobre a sua implementação prática.

8. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 23 de fevereiro [Conselho \(Agricultura e Pescas\)](#) e [Conselho dos Negócios Estrangeiros](#); 24 de fevereiro - [Conselho dos Assuntos Gerais](#); 25 de fevereiro - [Reunião informal dos ministros da Saúde](#); 26 de fevereiro - [Conselho \(Assuntos Gerais\)](#) e [Conselho \(Competitividade\)](#); 27 de fevereiro [Conselho \(Competitividade – Investigação\)](#).

9. AGENDA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das Comissões e Grupos Políticos do PE.

Comissão Europeia

A [próxima reunião](#) terá lugar a [4 de março](#), destacando-se o *Regulamento Acelerador Industrial, Estratégia industrial marítima da UE; Estratégia da UE para os portos; Estratégia para a igualdade de género 2026-2030; e Estratégia para a equidade intergeracional*.

Conselho da UE

O [calendário](#) está disponível: 2 e 3 de março - [Reunião informal do Conselho dos Assuntos Gerais](#); 5 e 6 de março - [Conselho \(Justiça e Assuntos Internos\)](#); [Reunião informal dos ministros da Cultura](#)

Bruxelas | 27 de fevereiro de 2026

Para mais informações: [Bruno Dias Pinheiro](#), Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)